



**EXÉRCITO PORTUGUÊS
COMANDO DO PESSOAL
DIREÇÃO DE FORMAÇÃO
ESCOLA DE SARGENTOS DO EXÉRCITO**

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

1. Política de Privacidade, o que é?

São os termos e condições ao abrigo dos quais a Escola de Sargentos do Exército, localizada na Rua General Amílcar Mota, em Caldas da Rainha, enquanto entidade responsável pelo tratamento (doravante “ESE”), trata os dados pessoais dos Utilizadores, nos termos do seu direito à informação estatuído no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) [Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016] e na Lei de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 58/2019, 8 de agosto), em particular, informações detalhadas acerca da natureza dos dados recolhidos e acerca da finalidade e do tratamento que será realizado.

2. Qual o âmbito da política de privacidade?

Esta Política de Privacidade aplica-se ao website alojado em <https://www.exercito.pt/pt/junta-te/gp-ese>, às aplicações associadas e demais plataformas onde os serviços da ESE possam estar integrados (“Site”), no âmbito das quais a ESE pode requisitar ao Utilizador que disponibilize dados pessoais, isto é, informações fornecidas pelo Utilizador que permitam à ESE identificá-lo e/ou contactá-lo (“Dados Pessoais”).

3. O que são dados pessoais?

Qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável. É identificável uma pessoa singular que possa ser identificada direta ou indiretamente, nomeadamente através de um número de identificação ou através de características específicas da sua identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social.

4. Quais os dados pessoais recolhidos?

Os Dados Pessoais recolhidos e tratados no supracitado website consistem unicamente àqueles facultados pelo candidato ao concurso de admissão ao Curso de Formação de Sargentos do Quadro Permanente com vista à sua integração no ci-

tado concurso, sendo nas fases seguintes, caso fique apto nas anteriores, recolhidos mais dados pessoais nomeadamente de documentos em suporte de papel por forma a completar todo o procedimento concursal.

A ESE não recolhe, nem trata informação sobre as características de browser/software, nem informação sobre as páginas visitadas pelo Utilizador dentro do Site, bem como acerca de quaisquer *cookies*.

5. O que é um tratamento de dados pessoais?

Operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

6. Comunicação de dados pessoais

Os dados pessoais recolhidos não são partilhados com terceiros sem consentimento do Utilizador, com exceção das seguintes situações:

- As comunicações são necessárias por lei, em cumprimento com determinada obrigação jurídica;
- Prestadores de Serviço que prestem serviços na condição de Subcontratantes;
- Os tratamentos de dados pessoais, na medida em que tal seja necessário para o cumprimento da Missão da ESE.

7. Os dados pessoais recolhidos e tratados pela ESE estão seguros?

Em termos de princípios gerais relativos ao tratamento de dados pessoais, a ESE compromete-se a assegurar que os Dados do Utilizador por si tratados são:

- Objeto de um tratamento de acordo com a lei, leal e transparente em relação ao Utilizador;
- Recolhidos para finalidades determinadas, objetivas e legítimas, não sendo tratados posteriormente de uma forma contrária com essas finalidades;
- Adequados, justificados e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados;
- Exatos e atualizados sempre que necessário, sendo providenciadas todas as medidas necessárias para que os dados inexatos, tendo em conta as finalidades para que são tratados, sejam apagados ou corrigidos sem demora;

- Conservados de uma forma que permite a identificação do Utilizador apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais os dados são tratados;
- Tratados de uma forma que garante a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilegal e contra a sua perda, destruição ou dano imprevisto, sendo adotadas as medidas técnicas ou organizativas adequadas.

a. Legitimidade para o tratamento de dados pessoais

Os tratamentos de dados efetuados pela ESE são lícitos quando se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

- (1) O Utilizador tiver dado sem qualquer dúvida o seu consentimento para o tratamento dos Dados do Utilizador para uma ou mais finalidades específicas;
- (2) O tratamento for necessário para a concretização de um contrato no qual o Utilizador é parte, para procedimentos pré-contratuais a pedido do Utilizador, situação que se aplica na pré-candidatura ao Concurso de Admissão ao Curso de Formação de Sargentos (CFS) para o Quadro permanente (QP), ou ainda em cursos administrados pela ESE;
- (3) O tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que a ESE esteja sujeita;
- (4) O tratamento for necessário para a defesa de interesses fundamentais do Utilizador ou de outra pessoa individual;
- (5) O tratamento for necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pela ESE ou por terceiros (exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do Utilizador que exijam a proteção dos dados pessoais).
- (6) Quando o tratamento dos Dados do Utilizador for realizado pela ESE com base no consentimento do Utilizador, este tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento. A retirada do consentimento, todavia, não compromete a legalidade do tratamento efetuado pela ESE com base no consentimento previamente dado pelo Utilizador.

b. Medidas técnicas e organizativas

A ESE adota várias medidas de segurança, de carácter técnico e organizativo, de forma a proteger os dados pessoais dos seus Utilizadores, contra a perda, difusão, alteração, tratamento ou acessos indevidos ou não autorizados.

8. Durante quanto tempo são armazenados os dados?

Em regra, os dados são armazenados e conservados apenas pelo período mínimo necessário para a prossecução das finalidades que motivaram a sua recolha e/ou tratamento, nos termos definidos na Lei.

O período de tempo durante o qual os dados pessoais são armazenados varia de acordo com a finalidade para a qual a informação é tratada. Efetivamente, existem exigências legais que obrigam a conservar os dados por um período de tempo mínimo. Assim, e sempre que não exista uma obrigação legal específica, os dados serão armazenados e conservados apenas pelo período mínimo necessário para as finalidades que motivaram a sua recolha ou o seu posterior tratamento, que no seu termo os mesmos são eliminados, de acordo com a nossa Política de Retenção de Dados.

9. Quais as finalidades do tratamento de dados do utilizador?

Em termos gerais, a ESE no presente Site utiliza os Dados do Utilizador exclusivamente para efeitos de processamento no concurso de admissão ao curso de ingresso na categoria de Sargento, denominado de CFS QP.

10. Há transferências de dados para fora do espaço económico europeu?

Não existem transferências internacionais de Dados de Utilizador para países fora do Espaço Económico Europeu. Se, no futuro, esta transferência se realizar, a ESE compromete-se a assegurar que a transferência observa as disposições legais aplicáveis, nomeadamente quanto à determinação da adequabilidade de tal país no que respeita a proteção de dados e aos requisitos aplicáveis a tais transferências.

11. Quais os direitos dos utilizadores?

Aos Utilizadores, enquanto titulares dos dados pessoais, são reconhecidos os seguintes direitos:

- a. Direito de ser informado previamente sobre o(s) tratamento(s) dos seus dados;
- b. Direito de acesso a informação relativa aos tratamentos de dados que são feitos pela ESE;
- c. Direito a retificar os seus dados e, bem assim, o direito a que os seus dados pessoais incompletos sejam completados, incluindo por meio de uma declaração adicional;

ANEXO H (POLÍTICA DE PRIVACIDADE DA ESE) À DIRETIVA N.º 1460/ESE/2023

- d. Direito ao apagamento (ou esquecimento) dos seus dados quando se aplique um dos seguintes motivos:
- (1) Os Dados do Utilizador deixarem de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
 - (2) O Utilizador retirar o consentimento em que se baseia o tratamento dos dados e não existir outro fundamento jurídico para o referido tratamento;
 - (3) O Utilizador opor-se ao tratamento ao abrigo do direito de oposição e não existirem interesses legítimos prevalecentes que justifiquem o tratamento;
 - (4) Caso os Dados do Utilizador sejam tratados ilegalmente;
 - (5) Caso os Dados do Utilizador tiverem de ser apagados para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que a ESE esteja sujeita;
 - (6) Nos termos legais aplicáveis, a ESE não tem a obrigação de eliminar os Dados do Utilizador na medida em que o tratamento se revele necessário ao cumprimento de uma obrigação legal a que a ESE esteja sujeita ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito da ESE num processo judicial.
 - (7) Em caso da eliminação dos dados, a ESE comunica a cada destinatário/entidade a quem os dados tenham sido transmitidos o respetivo apagamento, salvo se tal comunicação se revelar impossível ou implicar um esforço desproporcionado para a ESE.
- e. Direito a limitar os tratamentos de dados pessoais, se se aplicar uma das seguintes situações:
- (1) Se contestar a exatidão dos dados pessoais, durante um período que permita à ESE verificar a sua exatidão;
 - (2) Se o tratamento for ilícito e o Utilizador se opuser à eliminação dos dados, solicitando, em contrapartida, a limitação da sua utilização;
 - (3) Se a ESE já não precisar dos Dados do Utilizador para fins de tratamento, mas esses dados sejam requeridos pelo Utilizador para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial;
 - (4) Caso o Utilizador se tenha oposto ao tratamento, até se verificar que os motivos legítimos da ESE prevalecem sobre os do Utilizador.
- f. Direito à portabilidade dos seus dados que o tratamento se basear no consentimento ou num contrato de que o Utilizador é parte e se o tratamento for realizado por meios automatizados;

- g. Direito a opor-se a um tratamento de dados pessoais, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito que assente no exercício de interesses legítimos prosseguidos pela ESE ou quando o tratamento for efetuado para fins que não sejam aqueles para os quais os dados pessoais foram recolhidos, incluindo a definição de perfis, ou quando os dados pessoais forem tratados para fins estatísticos;
- h. Direito de apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) ou outra Autoridade de Controlo (sempre que aplicável).

12. Como podem os utilizadores exercer os seus direitos e/ou reclamar?

- a. Os exercícios de direitos por parte dos titulares de dados pessoais devem ser, preferencialmente, endereçados para ESE, através de correio eletrónico, nomeadamente para: ese@exercito.pt, podendo a todo o tempo fazê-lo igualmente para o Responsável pela Proteção de Dados na ESE:

Major Pedro Martino Cardoso Teixeira

E-mail: teixeira.pmc@exercito.pt

Telefones: 422166 / 262889590

Fax: 422124 / 262889607

Morada: Apartado n.º 818, 2504-917 Caldas da Rainha

- b. Adicionalmente, os titulares de dados pessoais podem também contactar o Exmo. Encarregado de Proteção de Dados do Exército designado:

Major-General Luís Nunes da Fonseca

E-mail: epd@exercito.pt

Telefone: 213 567 701

Morada: Rua Gonçalves Ramos, 2700-436 Amadora

- c. Complementarmente informa-se que o Responsável pelo Tratamento de dados pessoais (Artigo 4.º, n.º 7, do RGPD) no Exército (o qual determina as finalidades e meios de tratamento no Exército) é S. Exa. o Chefe de Estado-Maior do Exército - **General Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão**.
- d. Por último, e sem prejuízo de poder apresentar reclamações diretamente à ESE ou ao Exército através dos contactos disponibilizados para o efeito, o titular dos dados pessoais poderá reclamar diretamente para a CNPD, utilizando os formulários e contactos disponibilizados por esta entidade em www.cnpd.pt.

13. São recolhidos e utilizados cookies?

Nem a ESE, nem o Exército recolhe e/ou utiliza Cookies no supracitado *website*. Quando visitar o nosso *website*, um pequeno ficheiro de texto (*Cookie*) é criado e gravado no disco do seu computador. Os *cookies* são úteis porque permitem que o site reconheça o dispositivo ou a aplicação do Utilizador, permitindo-lhe navegar eficientemente pelas páginas, recordando também as suas preferências e melhorando em geral a experiência do utilizador. Alguns dos *cookies* emitidos pelo servidor terão apenas a duração da sessão e expirarão quando encerrar o *browser* ou a aplicação.

14. Alteração à política de privacidade

A ESE reserva-se o direito de alterar a presente Política de Privacidade a todo o tempo. Caso a alteração seja substancial, será colocado um aviso no Site.

15. Lei e foro aplicáveis

Quaisquer litígios decorrentes da validade, interpretação ou execução da presente Política de Privacidade, ou que estejam relacionados com a recolha, tratamento ou transmissão de dados pessoais, devem ser submetidos à jurisdição do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, sem prejuízo das normas legais imperativas aplicáveis.